



Simulado Especial

**ALMS**

Técnico Legislativo

Polícia Legislativa

**Pós-Edital**



# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **AL-MS**, cargo de **Técnico Legislativo - Polícia Legislativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/8dg6gfYxyCFzQu5K8>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/zxJe>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

## TEXTO 1

## A segunda vida da saudade

A saudade é uma repescagem. Pela saudade, você descobre que ama alguém mais do que imaginava: é uma necessidade de companhia despertada pela solidão mais funda.

A saudade é um GPS do coração. Você se vê desorientado, longe de um destino, e percebe o valor de uma presença que completa o seu humor, acolhe seus defeitos e ilumina seus dias.

É uma lembrança a dois. Diferente da nostalgia, que é pessoal e intransferível, a saudade se partilha, sofre junto. A nostalgia é encerrada; a saudade é um sentimento em progresso.

Pela saudade, você revisa seus atos e reconhece suas limitações. Não é julgamento do outro, mas de si mesmo com o outro. Uma justiça emocional que tenta consertar omissões e faltas de gentileza.

Ela começa no medo para vencer o medo. Ensina coragem para defender sua autenticidade, enfrentando preconceitos e opiniões alheias. Fortalece vínculos, aponta quem merece permanecer.

A saudade não deixa ninguém para trás. Emparelha almas, sincroniza pensamentos. Consegue ser perdão e gratidão ao mesmo tempo.

É a memória, no período de escassez, de tudo o que foi bom. Um trailer do fim que não queremos assistir. Uma despedida dentro do encontro. Um adeus ensaiado que vira vínculo duradouro e definitivo.

Texto Adaptado. CARPINEJAR, Fabrício. A segunda vida da saudade. O Tempo, 26 set. 2025. Disponível em <https://www.otempo.com.br/opiniaofabricio-carpinejar/2025/9/26/a-segunda-vida-da-saudade>. Acesso em: 26 out. 2025.

1. De acordo com o texto, a diferença entre saudade e nostalgia é que

- a) a saudade é algo que se pode dividir e criar junto com alguém, já a nostalgia é lembrança particular.
- b) a saudade é privativa e a nostalgia depende da presença do outro.
- c) a saudade provoca sofrimento, enquanto a nostalgia desperta apenas lembranças agradáveis.
- d) a saudade se refere apenas ao passado, enquanto a nostalgia projeta o futuro.
- e) a saudade enfraquece os vínculos afetivos, enquanto a nostalgia os fortalece.

2. A construção dos sentidos no texto sugere que

- a) a saudade deve ser evitada, porque fragiliza emocionalmente quem a experimenta.
- b) a saudade impede o amadurecimento emocional das pessoas.
- c) a experiência da saudade leva o sujeito a reinterpretar suas relações e atitudes.
- d) quando há rompimento definitivo entre as pessoas, qualquer lembrança deve ser evitada.
- e) a saudade depende exclusivamente da passagem do tempo para existir.

3. O autor recorre a antônimos no contexto da frase:

- a) Um adeus ensaiado que vira vínculo duradouro e definitivo
- b) Um trailer do fim que não queremos assistir
- c) Consegue ser perdão e gratidão ao mesmo tempo
- d) Uma despedida dentro do encontro
- e) É a memória, no período de escassez

*A saudade é um GPS do coração. Você se vê desorientado, longe de um destino, e percebe o valor de uma presença que completa o seu humor, acolhe seus defeitos e ilumina seus dias.*

4. Os termos sublinhados, no trecho do texto acima, referem-se, respectivamente, a

- a) valor - humor - humor
- b) destino - presença - você
- c) presença - você - você
- d) presença - humor - defeitos
- e) valor - humor - defeitos

*A saudade é um GPS do coração.*

5. No trecho acima, a figura de linguagem predominante é:

- a) Antítese.
- b) Comparação.
- c) Hipérbole.
- d) Eufemismo.
- e) Metáfora.

*Você se vê desorientado, longe de um destino*

6. No contexto em que se encontra, o pronome “se” sublinhado acima

- a) indica indeterminação do sujeito.
- b) expressa ideia de reflexividade.
- c) indica que o sujeito é paciente.
- d) introduz oração que expressa uma condição.
- e) indica reciprocidade.

7. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) Não é julgamento do outro = Não se trata de determinar o comportamento alheio
- b) omissões e faltas de gentileza = ausências inevitáveis e gestos indelicados.

c) aponta quem merece permanecer = revela aqueles que devem insistir.

d) no período de escassez = em momentos de carência

e) vínculo duradouro e definitivo = relação forte e fugaz

*Pela saudade, você descobre que ama alguém mais do que imaginava*

8. Na frase acima, a forma verbal “imaginava” expressa

- a) um comportamento pontual e concluído no passado.
- b) uma ação passada contínua, que serve de base para a descoberta atual.
- c) uma hipótese não realizada, expressando irrealidade do fato.
- d) uma ação habitual, coerente com a revelação ao narrador.
- e) uma atividade simultânea a outra no presente.

9. Estão indicadas uma causa e sua consequência, nesta ordem, na relação entre as seguintes frases:

- a) O pesquisador defendia com convicção suas hipóteses, contudo os dados refutavam os resultados obtidos.
- b) A comissão, embora pressionada por prazos exíguos, adiou a divulgação do relatório.
- c) O gestor anunciou cortes significativos no orçamento devido à crise econômica.
- d) A estudante revisou cuidadosamente o texto, pois em seguida ele seria avaliado pela banca.
- e) A negligência na manutenção dos equipamentos comprometeu a segurança do laboratório, de modo a ocasionar o acidente.



**10.** Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:

- a) O projeto de que participei e a pesquisa a que me referi foram aprovados.
- b) O pesquisador que apresentou a tese que discordo não está presente agora.
- c) Os valores de que acredito sustentam da minha conduta.
- d) O contratante não aceitou à proposta de que concordei.
- e) As orientações às quais o aluno obedeceu visavam o aperfeiçoamento.

**11.** Está plenamente adequada a colocação pronominal na frase:

- a) Conforme disse-lhes ontem, não há professores para lecionar essa disciplina.
- b) Me questiono se passaremos por essa crise ilesos.
- c) Os problemas se resolveriam com o tempo, apontou o relatório.
- d) Entregarão-lhe o diploma no evento de colação de grau.
- e) Nunca esperou-se que a política sofresse tal esvaziamento.

**12.** A exclusão da vírgula altera o sentido da frase em:

- a) O menino estava feliz, apesar da triste guerra.
- b) Ainda hoje, imagino a vida de meus avós antigamente.
- c) Talvez haja imprecisões na história, mas foi assim que eu a recebi.
- d) Era aniversário de seu tio, que acabara de voltar da guerra.
- e) Após tantos anos de estudo, finalmente se tornou professora.

\_I\_ vários dias que ela sai para andar \_II\_ cavalo pelo sítio, sempre \_III\_ cinco horas da tarde.

**13.** Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- a) À - à - à
- b) Há - a - às
- c) Há - a - a
- d) A - há - às
- e) A - a - a

*A morte desconstrói as nossas crenças, as nossas certezas, as nossas convicções.*

**14.** Transpondo-se para a voz passiva a frase acima, a forma verbal resultante deverá ser

- a) é desconstruída
- b) eram desconstruídas
- c) foi desconstruída
- d) desconstrói-se
- e) desconstroem-se

**15.** As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:

- a) Trata-se de uma oportunidade de conexão relevante entre a escola e a comunidade.
- b) A educação precisa levar o jovem a transformar a realidade em que se encontram.
- c) Entender as estratégias científicas são cruciais para a formação dos alunos.
- d) Uma melhoria de situações são necessárias na comunidade.
- e) Cada um dos alunos fazem propostas baseadas em suas dificuldades.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO***Eduardo Mocellin*

**16.** Uma usina solar opera com um painel fotovoltaico composto por 432 células solares, distribuídas em uma estrutura de  $x$  módulos, cada um contendo  $y$  células. Durante uma atualização tecnológica, os engenheiros decidiram dobrar a quantidade de módulos instalados, mas, devido a uma limitação de cabeamento, a quantidade de células por módulo foi reduzida à terça parte. Após essa atualização na estrutura da usina, a redução ocorrida no número total de células solares é:

- a) 144.
- b) 192.
- c) 288.
- d) 96.
- e) 384.

**17.** Uma equipe de botânicos está monitorando o crescimento de uma espécie rara de planta em uma estufa experimental. O número de sementes produzidas por safra segue uma sequência lógica específica:

1, 2, 3, 6, 7, 8, 21, 22, 23, 66, 67, 68, ...

Mantendo-se o padrão observado pelos pesquisadores, o total de sementes produzidas na décima quarta safra (o décimo quarto termo) é:

- a) 229.
- b) 308.
- c) 282.
- d) 255.
- e) 202.

**18.** Uma oficina mecânica oferece um kit de reparo de motor por 4.200,00 reais e um conjunto de pneus por 2.500,00 reais. Um cliente, ao fechar o serviço completo, obteve um desconto de 5% no kit de reparo e pagou, pela soma dos dois itens, o valor total de 6.290,00 reais. Com base nessas informações, o desconto obtido pelo cliente sobre o preço anunciado do conjunto de pneus foi de:

- a) 6%.
- b) 7%.
- c) 8%.
- d) 9%.
- e) 10%.

**19.** Uma rede hoteleira está analisando o fluxo de hóspedes que optam por dois tipos de pacotes exclusivos: o pacote Ouro ( $O$ ) ou o pacote Prata ( $P$ ). Cada hóspede pode escolher apenas um desses pacotes para sua estadia. Sabe-se que a razão entre o número de hóspedes que escolheram o pacote Ouro e o número de hóspedes que escolheram o pacote Prata, nessa ordem, é igual a 0,2. Com base nessas informações, o número de hóspedes do pacote Prata corresponde, em relação ao número total de hóspedes da rede, a

- a)  $\frac{3}{4}$
- b)  $\frac{4}{5}$
- c)  $\frac{5}{6}$
- d)  $\frac{7}{8}$
- e)  $\frac{8}{9}$

20. Cinco consultores trabalham cada um em um projeto exclusivo da empresa. Sabe-se que:

- Arthur e Jorge não trabalham no projeto de automação.
- Mauro e Fábio não trabalham no projeto de logística nem no de consultoria.
- Daniel não trabalha no projeto de expansão nem no de auditoria.
- Arthur não trabalha no projeto de logística.
- Daniel não trabalha no projeto de logística nem no de consultoria.
- Fábio não trabalha no projeto de auditoria.

Nessas condições, é correto afirmar que:

- a) Arthur trabalha no projeto de consultoria.
- b) Daniel trabalha no projeto de expansão.
- c) Fábio trabalha no projeto de automação.
- d) Jorge trabalha no projeto de auditoria.
- e) Mauro trabalha no projeto de logística.

21. Uma empresa de logística possui um estoque de caixas superior a 130 unidades. Quando as caixas são organizadas em paletes de 3 unidades cada, sobra exatamente uma caixa. Quando são organizadas em paletes de 4 unidades cada, também sobra uma caixa. No entanto, ao serem organizadas em grupos de 7 unidades, não sobra nenhuma caixa. Sendo  $x$  o menor número natural de caixas que satisfaz essas condições, a soma dos algarismos de  $x$  é:

- a) 19.
- b) 7.
- c) 10.
- d) 9.
- e) 11.

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

22. Conforme a Constituição Federal de 1988, entre as hipóteses de competência legislativa privativa da União, assinale a alternativa correta.

- a) Legislar sobre proteção à infância e juventude e sobre metalurgia e jazidas, por se tratar de temas de interesse nacional.
- b) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- c) Legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e proteção do meio ambiente.
- d) Legislar sobre direito tributário, financeiro e penitenciário, por serem matérias inseridas no campo de competência concorrente.
- e) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de bens de valor histórico, artístico ou cultural.

**23.** Imagine que o Presidente da República tenha cometido crime de responsabilidade e que um Ministro de Estado também tenha cometido crime de responsabilidade, conexo ao atribuído ao Presidente. Considerando apenas esses dados, assinale a alternativa correta quanto à competência privativa para processar e julgar o Presidente da República, bem como quanto à competência indicada na alternativa sobre outros agentes.

- a) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do STF, que também julga Ministros de Estado, privativamente, nos crimes de responsabilidade.
- b) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do Senado Federal, que também processa e julga Ministros de Estado, privativamente, nas infrações penais comuns.
- c) A competência para processar e julgar o Presidente e o Ministro é do Senado Federal, que também processa e julga, privativamente, os membros do CNMP nos crimes de responsabilidade.
- d) A competência para processar e julgar o Presidente é do Senado Federal, e a competência para processar e julgar o Ministro de Estado é do STF.
- e) A competência para processar e julgar o Presidente é do STF, e a competência para processar e julgar o Ministro de Estado é do Senado Federal.

**24.** Salvo as hipóteses excepcionais previstas na Constituição Federal de 1988, os magistrados são assegurados por garantias institucionais. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que corresponde a uma garantia constitucional típica da magistratura.

- a) Estabilidade no cargo.
- b) Irredutibilidade de subsídio.
- c) Imunidade material.
- d) Imunidade processual.
- e) Independência funcional.

**25.** Uma associação pretende compelir o Poder Público a implementar programa previsto em norma constitucional de eficácia limitada, ainda não regulamentada, sustentando que a omissão viola um direito fundamental. No mandado de segurança, pede liminar para imediata execução da política pública, argumentando que a previsão constitucional seria suficiente para demonstrar o direito invocado. A autoridade coatora afirma que a pretensão depende de regulamentação e de escolhas administrativas, exigindo produção probatória e definição de extensão do suposto direito. Considerando o regime do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) O mandado de segurança é cabível, pois toda norma constitucional cria direito exigível de pronto, independentemente de regulamentação.
- b) O mandado de segurança é incabível, pois o direito invocado não é demonstrável de plano e depende de regulamentação e delimitação prévias.
- c) O mandado de segurança é cabível, desde que a associação comprove urgência e apresente plano detalhado de execução da política pública.
- d) O mandado de segurança é cabível, porque a existência de dúvida sobre a extensão do direito não impede a via mandamental, bastando plausibilidade.
- e) O mandado de segurança é incabível apenas quando houver necessidade de perícia, sendo cabível se a prova for exclusivamente documental.



**26.** Um brasileiro naturalizado tem a naturalização questionada após surgir indício de fraude documental no procedimento. O Ministro de Estado da Justiça edita ato administrativo cancelando a naturalização e declara, de imediato, a perda da nacionalidade. O interessado impugna a medida, sustentando que a Administração não pode criar nem aplicar novos casos de perda de nacionalidade fora do que está previsto na Constituição. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A perda da nacionalidade depende de decisão judicial e não pode ser declarada por ato administrativo, ainda que exista fraude no procedimento.
- b) A perda da nacionalidade pode ser declarada por ato do Ministro, desde que garantidos contraditório e ampla defesa em processo administrativo.
- c) A perda da nacionalidade pode ser declarada administrativamente, com controle judicial posterior apenas para discutir a proporcionalidade da medida aplicada.
- d) A lei ordinária pode criar novas hipóteses de perda de nacionalidade, desde que mantenha coerência com a Constituição e com tratados internacionais.
- e) Tratado internacional pode estabelecer novas hipóteses de perda de nacionalidade, desde que haja decreto interno que discipline a execução do compromisso.

**27.** Um cidadão, filiado a partido político e com pretensão de concorrer a cargo eletivo, foi condenado definitivamente em ação penal. Na sentença, a pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direitos, e ele não chegou a ser recolhido ao cárcere. Ao requerer certidão de quitação eleitoral, sustenta que não houve suspensão de seus direitos políticos, porque não está preso e porque a pena aplicada não foi de reclusão. À luz do entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) Não há suspensão, pois ela depende de efetivo recolhimento à prisão e de pena privativa de liberdade em execução.
- b) Há suspensão enquanto durarem os efeitos da condenação, ainda que a pena tenha sido substituída por restritiva de direitos.
- c) Há suspensão apenas se o crime for doloso e consumado, pois crimes culposos ou tentados não geram esse efeito.
- d) Não há suspensão, pois a substituição da pena afasta qualquer consequência eleitoral, salvo decisão expressa do juiz eleitoral.
- e) Há suspensão apenas se houver declaração administrativa específica, já que a Justiça Eleitoral deve avaliar caso a caso.

**28.** Em procedimento para formação de lista sêxtupla destinada ao preenchimento de vaga pelo quinto constitucional em tribunal com jurisdição regional, o Conselho Federal da OAB aplica regra que exige do advogado tempo mínimo de inscrição na seccional com abrangência sobre a área de competência do tribunal. Um advogado com longa atuação profissional e inscrição principal em outra seccional impugna a exigência, alegando violação à isonomia e criação de barreira indevida ao acesso à vaga. Considerando a orientação do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A regra é inconstitucional, pois cria restrição territorial incompatível com a participação nacional da advocacia no quinto.
- b) A regra é constitucional, pois permite critério objetivo de aderência regional para a lista, com afastamento apenas se impossível preenchê-la.
- c) A regra é inconstitucional, pois limita a discricionariedade da classe e transforma o procedimento em seleção territorial obrigatória.
- d) A regra é constitucional, pois dispensa a avaliação de reputação e de saber jurídico quando houver o requisito temporal de inscrição.
- e) A regra é inconstitucional, pois só a lei poderia criar requisito adicional ao quinto, sendo vedada disciplina por ato corporativo.

**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

**29.** Um servidor da Agência Estadual de Vigilância Sanitária de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas atribuições legais, realizou a interdição imediata de um restaurante localizado em Campo Grande, após constatar que o estabelecimento funcionava em desacordo com as normas sanitárias estaduais vigentes.

A atuação do servidor público caracteriza o exercício:

- a) do poder regulamentar, pois permite à Administração criar normas abstratas e gerais para disciplinar atividades privadas.
- b) do poder hierárquico, que autoriza a Administração a aplicar sanções diretamente aos particulares.
- c) do poder de polícia, que possibilita à Administração Pública restringir o uso de bens e o exercício de atividades individuais em benefício do interesse público.
- d) do poder disciplinar, voltado à apuração de infrações cometidas por servidores públicos estaduais.
- e) da discricionariedade administrativa, que afasta a necessidade de previsão legal para a prática do ato.

**30.** O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei criando a Secretaria de Estado de Proteção ao Pantanal, com estrutura própria e cargos necessários ao seu funcionamento. Anos depois, pretende extinguir essa Secretaria por meio de decreto, alegando reorganização administrativa.

Considerando as regras sobre a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que a Secretaria de Estado:

- a) possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, podendo ser criada e extinta por decreto do Governador.
- b) integra a Administração Indireta e depende de lei específica apenas para sua criação.

c) é órgão da Administração Direta e somente pode ser criada e extinta por lei, admitindo-se decreto apenas para extinguir cargos vagos.

d) resulta da descentralização administrativa e pode ser livremente reorganizada pelo Chefe do Executivo.

e) pode ser criada por lei e extinta por decreto, desde que não haja aumento de despesas.

**31.** O Estado de Mato Grosso do Sul criou, por lei, uma entidade denominada Agência Estadual de Desenvolvimento Regional, com personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e atuação voltada à execução de políticas públicas de fomento econômico.

Sobre essa entidade, é correto afirmar que:

- a) trata-se de órgão da Administração Direta, pois executa políticas públicas típicas do Estado.
- b) integra a Administração Indireta, pois possui personalidade jurídica distinta do ente que a instituiu.
- c) somente poderá existir se vinculada hierarquicamente ao Governador do Estado.
- d) não poderá gozar de prerrogativas do regime de direito público, ainda que seja uma autarquia.
- e) passa a integrar a Administração Direta após o início de suas atividades.

**32.** Um Diretor de Departamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul deixou de decidir um processo administrativo dentro do prazo legal. Diante da omissão, o Secretário de Estado decide assumir temporariamente a decisão do processo, para evitar prejuízos à população.

Essa conduta do Secretário caracteriza o exercício do poder:

- a) disciplinar, por substituir o agente omissor.
- b) de polícia, por interferir na atividade administrativa.
- c) regulamentar, por reorganizar a atuação do órgão.
- d) hierárquico, por chamar para si competência de subordinado.
- e) correicional, por apurar falha funcional.

**33.** Segundo a Lei nº 14.133/2021, a regra geral para a duração dos contratos administrativos é:

- a) vigência limitada a 12 meses, vedada prorrogação.
- b) vigência definida no edital, observada a disponibilidade de créditos orçamentários em cada exercício financeiro e a previsão no PPA quando o prazo ultrapassar 1 ano.
- c) prazo máximo de 5 anos para todo e qualquer contrato administrativo.
- d) vigência indeterminada, desde que prevista no contrato.
- e) prazo fixado exclusivamente pelo gestor do contrato.

**34.** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, reajustamento em sentido estrito é:

- a) a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro baseada na análise da variação dos custos de mão de obra.
- b) a alteração do valor contratual em razão de acréscimos ou supressões do objeto.
- c) a aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato para refletir a variação efetiva do custo de produção.
- d) o aumento do valor contratado em razão de erro no orçamento estimado.
- e) a revisão contratual decorrente de fatos imprevisíveis.

**35.** Segundo a LGPD, a suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais pode ser aplicada:

- a) por prazo indeterminado, até decisão judicial definitiva.
- b) pelo prazo máximo de 6 meses, admitida prorrogação por igual período.
- c) exclusivamente após condenação criminal do controlador.
- d) apenas em conjunto com a aplicação de multa simples.
- e) somente em relação a bancos de dados públicos.

## LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

*Tiago Zanolla*

**36.** À luz da Lei nº 6.278/2024, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa CORRETA acerca da readaptação e da reversão do servidor público:

- a) A readaptação depende da existência de cargo vago e, caso inexistente, o servidor deverá aguardar em disponibilidade até a abertura da vaga.
- b) A readaptação pode implicar redução remuneratória, desde que compatível com o novo cargo exercido pelo servidor.
- c) A reversão somente poderá ocorrer por requerimento do servidor aposentado, sendo vedada a reversão de ofício pela Administração.
- d) A reversão poderá ser efetivada em cargo diverso daquele anteriormente ocupado, ainda que resulte em remuneração inferior aos proventos da inatividade.
- e) A reversão do servidor aposentado por invalidez dá direito, em caso de nova aposentadoria, à contagem do tempo de serviço computado na aposentadoria anterior.

**37.** À luz dos arts. 226, 227 e 228 do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores:

- a) A advertência será aplicada verbalmente nos casos de transgressão disciplinar leve, dispensado o registro no assentamento funcional do servidor.
- b) A suspensão poderá exceder noventa dias nos casos de falta grave, desde que haja reincidência específica.
- c) O servidor suspenso mantém as vantagens e direitos do cargo, salvo se houver conversão da penalidade em multa.
- d) A pena de multa é aplicável exclusivamente ao servidor ativo que pratique transgressão disciplinar de natureza média.
- e) A pena de multa pode ser aplicada ao servidor inativo ou em disponibilidade que tenha praticado, na atividade, transgressão disciplinar de natureza média.

**38.** De acordo com a Lei nº 6.279/2024, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa CORRETA quanto aos conceitos nela definidos:

- a) Classe corresponde à posição ocupada pelo servidor na escala de vencimentos, identificada por referência e classe.
- b) Promoção vertical consiste na mudança do servidor de uma referência de vencimento para a imediatamente subsequente, dentro da mesma classe.
- c) Carreira é definida como o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções de confiança que integram a Assembleia Legislativa.
- d) Promoção horizontal consiste na mudança do servidor de uma referência de vencimento para a imediatamente subsequente, dentro da mesma classe do cargo que ocupa.

e) Padrão de vencimento corresponde a cada um dos níveis de vencimento básico contidos nas classes salariais.

**39.** Com base nos arts. 27 e 28 da Lei nº 6.279/2024, que tratam do desenvolvimento funcional dos servidores efetivos da Carreira Legislativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desenvolvimento funcional é aplicável a todos os cargos do Poder Legislativo, incluindo cargos em comissão, e tem como finalidade exclusiva a progressão remuneratória.
- b) O desenvolvimento funcional está estruturado em cinco classes, cada uma contendo três referências, sendo realizado exclusivamente por meio de promoção vertical.
- c) A promoção horizontal consiste na mudança do servidor para classe imediatamente superior, após interstício mínimo de vinte e quatro meses de efetivo exercício.
- d) A promoção horizontal ocorre com mudança de referência dentro da mesma classe, exigindo interstício de doze meses na primeira referência e de vinte e quatro meses na segunda, com acréscimo pecuniário de três por cento entre as referências.
- e) As ausências, licenças e afastamentos autorizados pelo Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo não são computados como tempo de efetivo exercício para fins de promoção horizontal.

**40.** À luz do art. 232, que disciplina as circunstâncias agravantes e atenuantes da penalidade disciplinar, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prática de transgressão disciplinar mediante promessa de recompensa constitui circunstância atenuante, por revelar influência externa sobre a conduta do servidor.
- b) A coação resistível para a prática da transgressão disciplinar é considerada circunstância agravante, por não excluir a voluntariedade do agente.
- c) A coação, a instigação ou o uso de influência sobre outro servidor para a prática de transgressão disciplinar constituem circunstâncias agravantes da penalidade.
- d) A prática de mais de uma transgressão disciplinar decorrente da mesma ação ou omissão configura circunstância atenuante, por revelar unidade de conduta.
- e) A execução de transgressão disciplinar com o concurso de duas ou mais pessoas é circunstância atenuante, por diluir a responsabilidade individual.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

*Alexandre Herculano*

**41.** No que tange à doutrina de Segurança de Dignitários, a principal filosofia que orienta todas as ações de proteção, desde o planejamento até a execução, é a:

- a) Ação repressiva imediata, focada em neutralizar ameaças no momento em que ocorrem para demonstrar força e controle.
- b) Dissuasão pelo aparato, utilizando o máximo de agentes e equipamentos ostensivos para inibir visualmente potenciais agressores.
- c) Atuação reativa, baseada na resposta ágil e eficiente a um incidente já consumado, minimizando seus danos.

d) Antecipação e prevenção, fundamentada na análise de riscos e na adoção de medidas proativas para evitar que as ameaças se concretizem.

e) Flexibilidade tática, na qual a equipe de segurança se adapta às vontades e decisões do dignitário, mesmo que contrariem o planejamento inicial.

**42.** Durante o planejamento da segurança de uma autoridade em um evento público, a equipe responsável por chegar ao local com antecedência, realizar varreduras, inspecionar rotas de fuga e pontos de apoio, além de estabelecer contato com a segurança local, é denominada:

- a) Equipe Precursora.
- b) Equipe Velada.
- c) Equipe de Reação.
- d) Equipe de Segurança Aproximada.
- e) Equipe de Contraineligência.

**43.** Na estruturação da proteção de um dignitário, a doutrina estabelece a criação de círculos concêntricos de segurança. O círculo mais externo, onde o controle de acesso é mais generalizado e a vigilância é realizada de forma mais ampla e, por vezes, discreta, é conhecido como:

- a) Círculo Íntimo.
- b) Círculo de Contenção.
- c) Círculo de Segurança Aproximada.
- d) Círculo de Exclusão.
- e) Círculo de Vigilância



44. Durante um deslocamento a pé, a equipe de segurança de um governador identifica uma manifestação hostil se aproximando. O chefe da equipe determina a evacuação imediata para um ponto de fuga seguro, conforme planejado. O governador, no entanto, insiste em dialogar com os manifestantes. Nessa situação, a conduta correta do chefe de segurança é:

- a) Acatar a decisão do governador, por ser a autoridade máxima, mas reforçar a formação de proteção ao seu redor.
- b) Negociar com o governador, propondo um diálogo rápido e limitado para depois seguir com a evacuação.
- c) Realizar a evacuação do governador de forma assertiva e técnica, mesmo contra a sua vontade, priorizando a sua integridade física.
- d) Solicitar apoio da equipe de reação para conter os manifestantes com uso de força, garantindo a vontade do governador.
- e) Transferir a responsabilidade da decisão ao próprio governador, registrando em relatório a sua recusa em seguir o procedimento.

45. Além da proteção à vida e à integridade física, a atividade de Segurança de Dignitários abrange um conjunto de medidas que visam proteger a imagem e a reputação da autoridade, evitando que ela seja exposta a situações vexatórias, constrangedoras ou que possam ser exploradas negativamente pela mídia. Esta vertente da proteção refere-se à:

- a) Segurança Patrimonial.
- b) Segurança da Informação.
- c) Defesa da Honra.
- d) Segurança Institucional.
- e) Proteção da Imagem.

## **GESTÃO DE CONFLITOS, SEGURANÇA E OPERAÇÕES POLICIAIS LEGISLATIVAS**

*Alexandre Herculano*

46. No âmbito da Segurança Institucional de um órgão legislativo, uma manifestação popular, inicialmente pacífica, começa a apresentar sinais de escalada de tensão em frente ao edifício principal. O Chefe de Segurança, ao gerenciar a situação, orienta sua equipe a focar nos interesses subjacentes dos manifestantes — como a necessidade de serem ouvidos por uma comissão de parlamentares — em vez de se ater às suas posições declaradas de “invasão imediata”. Adicionalmente, busca criar opções de ganho mútuo, como agendar uma reunião formal para o dia seguinte em troca da dispersão pacífica. A abordagem adotada pelo Chefe de Segurança baseia-se fundamentalmente na doutrina de:

- a) Gerenciamento de Crises, com ênfase na contenção reativa e no uso progressivo da força.
- b) Negociação Baseada em Princípios, ou “Método de Harvard”, focada em interesses, opções e critérios objetivos.
- c) Mediação Transformativa, que prioriza o empoderamento das partes e o reconhecimento mútuo, sem foco no resultado.
- d) Doutrina de Segurança Nacional, que interpreta a manifestação como uma ameaça à ordem institucional, justificando uma resposta repressiva.
- e) Justiça Restaurativa, que buscaria reparar os danos causados pela tensão por meio de um círculo de diálogo entre manifestantes e parlamentares.

**47.** Durante uma operação de segurança no plenário de uma assembleia legislativa, um cidadão, em estado de grande exaltação, tenta agredir um parlamentar. Um agente de polícia legislativa intervém. De acordo com os princípios que regem o uso da força na segurança pública, conforme as doutrinas modernas e a legislação aplicável, o agente deve empregar o nível de força estritamente compatível com a gravidade da ameaça e necessário para atingir o objetivo legítimo de proteger a integridade física do parlamentar e restabelecer a ordem. Este preceito refere-se diretamente ao princípio da:

- a) Legalidade, que autoriza o agente a agir em conformidade com a lei, independentemente dos meios.
- b) Conveniência, que permite ao agente escolher o momento mais oportuno para a intervenção.
- c) Proporcionalidade, que exige uma correlação entre a intensidade da força utilizada e a gravidade da ameaça.
- d) Precaução, que se concentra em planejar a operação para evitar a necessidade do uso da força.
- e) Responsabilização, que determina a investigação posterior sobre a conduta do agente.

**48.** Em um cenário de crise complexa, como a ocupação de um anexo do Congresso Nacional por um grupo organizado, a gestão eficaz da segurança institucional exige uma atuação coordenada entre diferentes órgãos. O plano de defesa estabelece que a Polícia Legislativa Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e outras agências de inteligência devem operar sob um comando unificado, compartilhando informações em tempo real e definindo claramente as responsabilidades de cada força. Essa estrutura de resposta, que prioriza a sinergia e a colaboração para a resolução da crise, é um exemplo prático de:

- a) Ação autônoma, onde cada instituição atua de forma independente, de acordo com sua competência exclusiva.

b) Terceirização da segurança, com a transferência da responsabilidade primária da Polícia Legislativa para forças externas.

c) Gabinete de Segurança Institucional isolado, que centraliza todas as decisões sem a participação de outras agências.

d) Federalismo de segurança, que pressupõe uma competição hierárquica entre as forças federais e distritais.

e) Articulação interinstitucional, que consiste na integração e coordenação de diferentes órgãos para um objetivo comum.

**49.** Durante o planejamento de uma operação policial legislativa para a segurança de uma sessão solene com a presença de altas autoridades, o coordenador de operações determina o estabelecimento de três perímetros de segurança. O primeiro, mais interno e restrito, abrange o local da cerimônia. O segundo, intermediário, controla o acesso aos corredores e áreas adjacentes. O terceiro, mais externo, monitora a movimentação na área externa do edifício. A finalidade dessa divisão em perímetros táticos é:

a) Apenas cumprir um protocolo burocrático, sem impacto prático na segurança da operação.

b) Criar barreiras físicas para impedir a circulação de qualquer pessoa, incluindo convidados e servidores.

c) Facilitar a evacuação em massa em caso de emergência, direcionando todos para uma única saída.

d) Estabelecer zonas de controle progressivo, permitindo a triagem, a identificação de ameaças e a contenção de incidentes de forma escalonada.

e) Delimitar a área de atuação exclusiva da imprensa, separando-a completamente das autoridades presentes.

**50.** Um agente de polícia legislativa, ao abordar um servidor que se recusa a cumprir uma norma de segurança interna, percebe que a situação pode evoluir para um conflito maior. Antes de considerar qualquer medida coercitiva, o agente opta por iniciar um diálogo, utilizando técnicas de comunicação para entender as razões da recusa e explicar a importância da norma, buscando uma solução consensual. Esta abordagem inicial, que prioriza a verbalização e a negociação em detrimento do uso imediato da força, está alinhada com o conceito de:

- a) Desescalada da violência, que busca reduzir a tensão e resolver o conflito no nível mais baixo possível de confronto.
- b) Tolerância zero, que exigiria a aplicação imediata de uma sanção para reforçar a autoridade.
- c) Inversão de responsabilidade, na qual o agente transfere ao servidor a culpa por um possível confronto.
- d) Burocracia defensiva, onde o agente apenas segue um roteiro para evitar responsabilidade futura.
- e) Ação de presença, que se limita a marcar posição no local sem interagir com as partes envolvidas.

## DIREITO PENAL

*Renan Araujo*

**51.** Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais severa não pode incidir sobre crime permanente quando sua vigência se inicia após o começo da permanência.
- b) A lei penal excepcional não possui data predeterminada para sua autorrevogação, mas é dotada de ultratividade.
- c) A abolitio criminis extingue integralmente a pena aplicada, caso já tenha havido trânsito em julgado da condenação, bem como afasta todos os efeitos secundários decorrentes da condenação, penais e extrapenais.

d) Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, onde quer que se encontrem.

e) Considera-se praticado o crime no local onde ocorreu a conduta, total ou parcialmente, ainda que o resultado se verifique em outro local.

**52.** No dia 14/02/2025, Érico praticou fato tipificado como crime de desobediência. No curso das investigações, a perícia médica constatou que, no momento da conduta, o agente não possuía a plena capacidade de compreender o caráter ilícito do ato ou de agir conforme esse entendimento, em razão de perturbação de saúde mental.

Nessa situação, é correto afirmar que Érico:

- a) terá sua pena reduzida de um a dois terços, em razão da semi-imputabilidade.
- b) será isento de pena, mas terá medida de segurança aplicada em seu desfavor.
- c) será considerado semi-imputável, com necessidade de aplicação de medida de segurança.
- d) terá sua pena reduzida de um sexto a um terço, pela semi-imputabilidade.
- e) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança.

**53.** Em 12/12/2025, agentes da Polícia Legislativa da AL-MS surpreenderam Rômulo, primário e de bons antecedentes, no exato momento em que ele quebrava a maçaneta de uma das portas internas do prédio da Assembleia Legislativa. Rômulo foi imediatamente detido e conduzido à presença da autoridade competente. Ouvido, Rômulo informou que estava irritado pela não aprovação de um projeto de lei, e, por tal razão, quebrou o patrimônio público.

Nesse caso, é correto afirmar que Rômulo praticou:

- a) dano qualificado, crime de ação penal pública incondicionada.
- b) dano qualificado, crime de ação penal pública condicionada à representação.
- c) dano qualificado, crime de ação penal privada.
- d) dano simples, crime de ação penal pública incondicionada.
- e) dano simples, crime de ação penal pública condicionada à representação.

**54.** Numa sexta-feira, por volta das 23h, Leonardo e Mário subtraíram, mediante grave ameaça exercida com um estilete, o aparelho celular de Renata, que caminhava sozinha pela rua após retornar de um jantar com as amigas. Após a subtração, os agentes empreenderam fuga, mas foram presos em flagrante pela polícia cerca de 30 minutos depois, sendo recuperado o aparelho celular subtraído da vítima.

Nesse caso, é correto afirmar que Leonardo e Mário deverão responder pelo crime de:

- a) roubo tentado, majorado pelo repouso noturno.
- b) roubo tentado, majorado pelo emprego de arma branca e pelo concurso de agentes.
- c) roubo consumado, qualificado pelo emprego de arma branca e pelo concurso de agentes.
- d) roubo consumado, majorado apenas pelo emprego de arma branca.
- e) roubo consumado, majorado pelo emprego de arma branca e pelo concurso de agentes.

**55.** Eduardo, Policial Legislativo da AL-MS, deslocou-se para cumprir uma diligência determinada pela chefia imediata. Ao chegar ao local, foi recebido com socos e chutes por Guilherme, que queria impedir a realização do ato oficial. Em razão das agressões, Eduardo sofreu lesão corporal grave, e não conseguiu realizar o ato legal que pretendia.

Nesse caso, é correto afirmar que Guilherme deverá responder pelo(s) crime(s) de:

- a) resistência simples, apenas.
- b) desobediência e lesão corporal grave.
- c) resistência simples e lesão corporal grave.
- d) resistência qualificada e lesão corporal grave.
- e) resistência qualificada, apenas.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL***Priscila Silveira*

**56.** Durante a instrução de uma ação penal por crime de roubo, o magistrado, entendendo que as provas produzidas eram insuficientes para a formação de sua convicção, determinou, de ofício, a realização de nova oitiva de testemunha que não havia sido arrolada por nenhuma das partes, com o objetivo de esclarecer pontos relevantes para o julgamento.

Diante dessa situação, à luz dos princípios e garantias processuais penais previstos na Constituição Federal e no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A atuação do magistrado é válida, pois o juiz pode determinar a produção de provas de ofício em qualquer fase do processo, sem limitação constitucional.
- b) A conduta do juiz viola o princípio do sistema acusatório, pois compromete a imparcialidade judicial ao substituir a atuação das partes.
- c) O ato é válido apenas se houver concordância expressa do Ministério Público e da defesa técnica.
- d) A iniciativa probatória do juiz é compatível com o princípio do contraditório substancial, desde que assegurada a ampla defesa.
- e) A determinação judicial é legítima, pois o juiz é o destinatário final da prova e pode agir para buscar a verdade real.

**57.** Com base nas disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, assinale a opção correta:

- a) Nos delitos de ação penal pública, a instauração do inquérito policial ocorrerá, necessariamente, por iniciativa da autoridade policial.
- b) Da decisão que negar o pedido de instauração de inquérito policial não é admitida qualquer forma de impugnação.
- c) Toda pessoa que tiver ciência da prática de uma infração penal é obrigada a informar o fato à autoridade policial competente.

d) Compete ao Poder Judiciário homologar o arquivamento dos autos do inquérito policial, sendo vedado à autoridade policial fazê-lo por conta própria.

e) O investigado pode solicitar a realização de diligências durante o inquérito, as quais devem ser obrigatoriamente atendidas pela autoridade policial.

**58.** Uma lei processual penal entrou em vigor estabelecendo novo prazo recursal mais curto para interposição de apelação criminal. À época da publicação da lei, determinado réu já havia sido condenado em primeira instância, mas ainda não havia iniciado o prazo para recorrer.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- a) Aplica-se o prazo antigo, por se tratar de direito adquirido do réu.
- b) Aplica-se o prazo novo, pois a lei processual penal tem aplicação imediata, alcançando atos pendentes.
- c) A lei nova não se aplica, pois, a redução de prazo viola o princípio da ampla defesa.
- d) Aplica-se o prazo mais favorável ao réu, em razão do princípio da retroatividade da lei penal benéfica.
- e) A aplicação da lei depende de previsão expressa do legislador quanto à sua incidência no tempo.



59. Durante investigação criminal, a polícia obteve acesso ao conteúdo de mensagens armazenadas em aplicativo de celular do investigado, sem autorização judicial prévia. As mensagens foram utilizadas como base para a denúncia e para a condenação. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A prova é lícita, pois não houve interceptação em tempo real.
- b) A prova é válida, pois o investigado não demonstrou prejuízo concreto.
- c) A prova é ilícita, devendo ser desentranhada, assim como as dela derivadas.
- d) A prova é admissível se confirmada posteriormente por outros meios.
- e) A ilicitude da prova depende de demonstração de má-fé da autoridade policial.

60. Uma comunicação acerca da prática de infração penal foi levada ao conhecimento da autoridade policial. À luz das normas legais que disciplinam a instauração do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) Nos delitos de ação penal pública, é vedado iniciar o inquérito policial a partir de requerimento formulado pelo ofendido.
- b) Qualquer cidadão que tenha ciência da ocorrência de infração penal sujeita à ação pública poderá comunicá-la à autoridade policial exclusivamente por meio escrito.
- c) Nos crimes em que a ação penal pública estiver condicionada à representação, a investigação policial não poderá ser instaurada sem a prévia manifestação do interessado.
- d) A notícia anônima, por si só, autoriza a abertura imediata do inquérito policial, independentemente da realização de diligências preliminares.
- e) Da decisão que negar o pedido de instauração de inquérito policial caberá recurso dirigido ao Secretário de Segurança Pública.

## **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL APLICADA À ATIVIDADE POLICIAL**

*Antônio Pequeno*

61. Nos termos da lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, marque a alternativa incorreta

- a) Faz coisa julgada no âmbito civil e nem no administrativo-disciplinar a decisão criminal absolvendo um agente público por legítima defesa.
- b) A lei traz penas restritivas de direitos, a de detenção e a pena de multa.
- c) A ação penal é pública incondicionada e no caso de inércia do Ministério Público cabe a ação penal privada subsidiária da pública.
- d) Os crimes previstos nesta lei só podem ser praticados na forma dolosa, além disso exigem a finalidade específica.
- e) A perda do cargo é um efeito automático e não exige nenhuma condição.

62. Nos termos da lei nº 9.455/1997, conhecida como a Lei de Tortura, marque a alternativa incorreta

- a) O crime de tortura praticado contra criança terá a pena majorada de um 1/6 a 1/3.
- b) A tortura só pode ser praticada na forma dolosa e algumas modalidades exigem a finalidade específica.
- c) A ação penal nos crimes de tortura é pública incondicionada e no caso de inércia do Ministério Público cabe a ação penal privada subsidiária pública.
- d) São crimes que podem ser praticados de forma comissiva ou na forma omissiva imprópria e própria.
- e) A perda do cargo não é um efeito automático e exige condições para ser aplicada.

**63.** A Polícia Civil do MS foi acionada para atender uma ocorrência de violência doméstica e familiar contra uma mulher em um município que não é sede de comarca. Chegando ao local foi constatado que Joana estava com lesões no rosto causada pelo próprio marido. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta de acordo com a Lei nº 11.340/2006.

- a) Cabe transação penal e suspensão condicional do processo.
- b) Só quem pode pedir a determinação de medida protetiva de urgência é a ofendida.
- c) A única autoridade que pode determinar o afastamento do agressor do lar no caso de risco atual ou iminente na integridade física e psicológica de Joana é o juiz.
- d) Caso Joana tenha representado contra o marido poderá ela ser retratar até o recebimento da denúncia.
- e) Não é possível a aplicação de nenhum instituto previsto na Lei nº 9.099/1995.

**64.** Um Policial Civil do MS abordou um indivíduo que estava portando duas armas de fogo de uso restrito e também dois carregadores com 15 munições cada. Foi constatado que a pessoa estava portando o material bélico ilegalmente, vez que não tinha autorização da autoridade competente para estar portando. Com base nessa situação hipotética e nos termos da lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) marque a alternativa incorreta.

- a) O indivíduo responderá por dois crimes de porte ilegal de arma de fogo, vez que estava portando uma arma de fogo e dois carregadores muniçados.
- b) O indivíduo responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- c) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é um crime de perigo abstrato
- d) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é um crime de mera conduta.
- e) O crime praticado pelo indivíduo é doloso.

**65.** Tício é um traficante que utiliza o comércio de drogas como um estilo de vida. Durante uma investigação feita pela Polícia Civil do MS foi constatado que Dinho, além do tráfico de drogas, financia e custeia o próprio negócio. Com base nessa situação hipotética, julgue as alternativas abaixo e assinale a correta com base na lei nº 11.343/2006.

- a) O prazo de conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é 25 dias.
- b) No caso de colaboração premiada o colaborador pode ser beneficiado com o perdão judicial e a redução de pena.
- c) A ação controlada, com base na lei de drogas, basta a comunicação prévia ao juízo não precisando de decisão judicial autorizando.
- d) O crime de tráfico é crime de mera conduta, ou seja, basta praticar a conduta para se configurar.
- e) No caso de um dependente de droga que no momento da conduta esteja inteiramente incapaz de conhecer o caráter ilícito do fato terá a pena reduzida de 1/3 a 2/3.

**DIREITOS HUMANOS (APLICADOS À  
ATIVIDADE POLICIAL)***Lilian Novakoski*

**66.** De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão preventiva somente poderá ser decretada após sentença penal condenatória transitada em julgado, em respeito ao princípio da presunção de inocência.
- b) Toda pessoa privada de liberdade tem direito de recorrer a um juiz ou tribunal competente para que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão, sendo vedada a concessão de liberdade provisória durante o curso do processo.
- c) Ninguém deve ser submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, sendo vedada a submissão de pessoa detida a condições incompatíveis com o respeito à dignidade humana.
- d) O direito de reunião pacífica pode ser suspenso permanentemente pelo Estado em situações de instabilidade política interna, independentemente de decreto formal.
- e) A pena de morte é admitida pela Convenção Americana para qualquer crime grave, desde que prevista na legislação interna do Estado Parte, podendo ser restabelecida em um país que anteriormente tenha abolido.

**67.** No que se refere à atuação policial à luz dos direitos humanos, especialmente quanto aos princípios da legalidade, proporcionalidade, uso progressivo da força, respeito à dignidade da pessoa humana e responsabilidade funcional, assinale a alternativa correta:

- a) O uso da força letal é legítimo sempre que houver resistência à ação policial, independentemente do grau de ameaça oferecido pelo indivíduo abordado.
- b) A legalidade da atuação policial autoriza o emprego imediato da força máxima sempre que houver ordem superior, ainda que existam meios menos gravosos disponíveis.

c) O uso progressivo da força exige que o agente policial adeque o nível de força empregado à resistência ou ameaça apresentada, utilizando-a apenas quando necessária, de forma proporcional e pelo tempo estritamente indispensável.

d) O respeito à dignidade da pessoa humana limita-se às pessoas não suspeitas de crime, podendo ser relativizado em relação a indivíduos presos ou detidos.

e) A responsabilidade funcional do agente policial é afastada quando a conduta for praticada em serviço, ainda que haja violação a direitos humanos.

**68.** Tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto a Convenção Americana dos Direitos Humanos preveem, expressamente,

- a) a proibição da expulsão coletiva de estrangeiros.
- b) a pena de morte.
- c) o direito de toda pessoa sair livremente do seu país.
- d) que as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.
- e) que o processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

**69.** Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, está expressamente previsto que:

- I- Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- II- Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- III- Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- IV- Nenhuma pessoa deve ser admitida num estabelecimento prisional sem uma ordem de detenção válida.

Estão corretas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**70.** A respeito dos Direitos Humanos e seus conceitos, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos humanos possuem caráter absoluto e, por isso, não admitem restrições.
- b) A concepção moderna dos direitos humanos se baseia nos princípios da relatividade cultural quanto ao direito natural à vida, à liberdade e ao pensamento, sendo a cultura e a soberania do país o norte para positivação de direitos humanos.
- c) Os direitos humanos são normas apenas programáticas, sem eficácia jurídica direta.
- d) Os direitos humanos podem ser compreendidos como um conjunto de prerrogativas essenciais à dignidade da pessoa humana, reconhecidas em âmbito nacional e internacional.

- e) A terminologia “direitos humanos” refere-se exclusivamente aos direitos civis e políticos da época da revolução francesa.

### **INFORMÁTICA (APLICADA À ATIVIDADE POLICIAL)**

*Emannuelle Gouveia*

**71.** No sistema operacional Windows 10 ou 11, em português, a ação de fixar um aplicativo à barra de tarefas permite:

- a) Ocultar o aplicativo da visualização do usuário durante a navegação em janelas múltiplas.
- b) Encaminhar o aplicativo diretamente para a lixeira, removendo-o da memória RAM.
- c) Estabelecer prioridades de inicialização no modo de segurança do sistema.
- d) Tornar o atalho do aplicativo permanentemente visível na barra inferior para fácil acesso.
- e) Criar um ponto de restauração do sistema com base no uso daquele aplicativo.

**72.** No Microsoft Word 365, é correto afirmar que a ferramenta “Controlar Alterações” serve para:

- a) Aplicar correção ortográfica automática em títulos e cabeçalhos do documento.
- b) Impedir a formatação de parágrafos e margens sem permissão prévia do sistema.
- c) Permitir que alterações feitas por diferentes usuários sejam registradas e exibidas no texto.
- d) Realizar busca e substituição automática de expressões repetidas no texto.
- e) Converter o texto em áudio para fins de acessibilidade e revisão.

**73.** Em relação ao Excel 365, assinale a alternativa correta quanto ao uso da função PROCV:

- a) A função PROCV é utilizada para localizar um valor em uma coluna e retornar um dado correspondente de outra coluna.
- b) O último argumento da função PROCV define o formato de exibição do resultado (texto ou número).
- c) A função PROCV realiza cálculos estatísticos com base em dados filtrados por critérios.
- d) A função PROCV permite buscar valores em uma tabela horizontal, da direita para a esquerda.
- e) A função PROCV é usada exclusivamente para criar gráficos dinâmicos baseados em múltiplas planilhas.

**74.** De acordo com os conceitos relativos à navegação e pesquisa na internet, é correto afirmar que:

- a) A URL representa o conteúdo principal do site e muda automaticamente a cada clique.
- b) Os operadores booleanos permitem realizar cálculos matemáticos avançados em páginas indexadas.
- c) Os mecanismos de busca localizam páginas a partir de palavras-chave, utilizando algoritmos de indexação.
- d) O protocolo HTTP é utilizado exclusivamente para transferir arquivos entre usuários autenticados.
- e) A pesquisa avançada só pode ser feita utilizando navegadores proprietários, como o Microsoft Edge.

**75.** Em ambientes corporativos com computadores em rede, assinale a alternativa correta:

- a) Impressoras compartilhadas só podem ser acessadas por computadores conectados por cabo.
- b) Planilhas salvas em rede podem ser acessadas simultaneamente, com controle de edição por software adequado.

c) Ao editar documentos em rede, o conteúdo é automaticamente salvo no computador do servidor.

d) Computadores em rede não compartilham arquivos, apenas conexões de internet.

e) Não é possível usar editores de texto locais para arquivos armazenados em rede.

### **DIREITO DIGITAL (APLICADO À SEGURANÇA INSTITUCIONAL)**

*Antônio Daud*

**76.** No que se refere à propriedade intelectual de software (Lei 9.609/1998), assinale o prazo de proteção aos direitos autorais do programa de computador:

- a) 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação do programa ou da sua criação.
- b) 40 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação do programa ou da sua criação.
- c) 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação do programa ou da sua criação.
- d) 20 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação do programa ou da sua criação.
- e) 10 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação do programa ou da sua criação.



**77.** Considerando as regras expressas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), marque a alternativa que NÃO prevê corretamente hipótese autorizadora do tratamento de dados pessoais:

- a) cumprimento de obrigação legal pelo controlador dos dados.
- b) realização de estudos por órgão de pesquisa, sempre que possível garantida a anonimização dos dados.
- c) execução de contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.
- d) proteção do débito, nos termos da legislação pertinente.
- e) exercício regular de direitos em processos arbitrais.

**78.** Tomando por base as regras previstas no Marco Civil da Internet em relação ao prazo de guarda dos registros de conexão e de aplicação, é correto afirmar que:

- a) os registros de conexão devem ser mantidos pelo respectivo provedor, nos termos do regulamento, pelo prazo de 1 ano.
- b) a autoridade policial, a exemplo da polícia legislativa, poderá requerer cautelarmente que os registros de conexão sejam guardados por prazo superior ao inicialmente previsto em lei, prerrogativa que não foi atribuída ao representante do Ministério Público.
- c) o provedor de conexão deve guardar os registros de acesso a aplicações de internet pelo prazo de 18 meses.
- d) o provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações pelo prazo de 2 anos.
- e) todo provedor de aplicações de internet deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações pelo prazo de 6 anos.

**79.** Ao identificar infrações à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Agência Nacional de Proteção de

Dados (ANPD) NÃO poderá aplicar a seguinte sanção:

- a) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração.
- b) multa simples, de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos.
- c) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.
- d) proibição total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.
- e) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 9 meses.

**80.** Assinale abaixo, segundo a redação atualmente vigente do Código Penal, a conduta que descreve o crime de Invasão de Dispositivo Informático:

- a) Acessar dispositivo informático, conectado ou não à rede de computadores, desde que sem autorização expressa do usuário do dispositivo.
- b) Invadir dispositivo informático de uso alheio, desde que conectado à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações.
- c) Invadir dispositivo informático de uso alheio, desde que mediante violação indevida de mecanismo de segurança, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita.
- d) Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo.
- e) Violar dispositivo informático de uso alheio, não conectado à rede de computadores, com o fim exclusivo de adulterar dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>